

Crises capitalistas e a escola francesa da regulação

João Ildebrando Bocchi¹

Resumo: a crise econômica dos anos 70 reavivou o debate sobre as crises capitalistas entre os autores comprometidos com a tradição marxista. Neste momento começa a se desenvolver a Escola Francesa da Regulação, que terá em Michel Aglietta o nome de maior expressão. A partir da análise feita por Marx do modo de produção capitalista, os autores regulacionistas buscam articular as questões da acumulação capitalista com as leis de concorrência. Assim, vão conceituar o fordismo como o modo de desenvolvimento que caracterizou o crescimento econômico capitalista após a II Guerra. A crise dos anos 70 é a crise desse modo de regulação. A partir de uma análise baseada na lei da queda tendencial da taxa de lucro, os regulacionistas assumem as explicações desproporcionalistas e subconsumistas para as crises.

Palavras-chave: crises, acumulação, regulação, Aglietta, desproporcionalidade.

Introdução

O fim dos trinta gloriosos anos de crescimento capitalista pós-II Guerra provocou uma nova crise na teoria econômica, com o forte questionamento do consenso keynesiano vigente. Além de mais uma crise, a teoria deveria dar conta da estagflação, particularidade desta crise não contemplada nos manuais. A Escola da Regulação (ER) afirma-se neste momento histórico, construindo uma análise do processo de acumulação capitalista, de suas regularidades e de suas crises, a partir de Marx e da tentativa de incorporar outros autores nesta empreitada. Neste trabalho procuramos analisar os autores associados a Michel Aglietta, que irá nuclear os nomes mais representativos da ER. Assim, na seção I analisamos as várias abordagens regulacionistas. Na seção II nos definimos pela tratamento da escola parisiense da regulação. Na seção III abordamos o quadro teórico da ER, isto é, o assumido pertencimento marxista, bem como a herança althusseriana e estruturalista desta corrente. Na seção IV aprofundamos a análise sobre a visão de crise destes autores e, finalmente, na seção V apresentamos um esboço crítico da ER.

¹. Professor Assistente - Doutor do Departamento de Economia da PUC/SP.

1. Os vários regulacionismos

A Escola Francesa da Regulação (ER) tem como marco fundador a tese doutoral de Michel Aglietta defendida em 1974 e a publicação, em 1976, de *Régulation et crises du capitalisme*². A tese de Aglietta será discutida em seminários no INSEE (1974-75) e no CEPREMAP³ (1976-77), onde será desenvolvida uma pesquisa sobre a inflação e a crise econômica na França no início dos anos 70. Esta pesquisa terá a participação de nomes que com Aglietta formarão o núcleo mais representativo da ER, como Robert Boyer, Alain Lipietz, Jacques Mistral, J. P. Benassy, J. Muñoz e C. Ominami⁴.

O objetivo explícito dos autores regulacionistas será o desenvolvimento de um referencial teórico de análise da economia capitalista que vá além dos modelos do chamado equilíbrio geral, próprio da economia neoclássica, e supere os modelos de análise marxista reducionista ou voluntarista, aquele mais identificado com o Partido Comunista Francês e as teses do Capitalismo Monopolista de Estado (CME) e este ligado às várias vertentes de inspiração trotskysta. Em resumo, trata-se de dar conta teoricamente da chamada estagflação que atingiu os países capitalistas desenvolvidos em 1973/74. A volta das crises econômicas capitalistas, após os “trinta gloriosos” anos de crescimento econômico norte-americano e dos outros países desenvolvidos, recoloca em discussão o caráter cíclico do capitalismo, que parecia ter sido eliminado pelo manejo eficiente das políticas econômicas keynesianas.

Assim, a volta das crises representará um duro golpe sobre o consenso keynesiano dominante, abrindo espaço no campo conservador para o renascimento dos autores neoclássicos, especialmente a escola das expectativas racionais. Para o pensamento crítico trata-se repensar as crises a partir de Marx, mas dando conta das especificidades desta nova crise que apresenta características diferentes das crises clássicas: neste momento ocorre a queda no nível da atividade econômica, mas não há deflação, pois os preços continuam a subir. Este será exatamente o objetivo dos

² . Aglietta, M. *Régulation et crises du capitalisme, l'expérience des états-unis*. Paris, Calmann-Lévy, 1976. Este livro contém o essencial da tese *Accumulation et Régulation du Capitalisme en Longue Période. Exemple des Etats-Unis (1870-1970)*, Paris I, 1974. Neste trabalho usaremos a quarta edição espanhola *Regulación y crisis del capitalismo*, publicada pela Siglo Veintiuno em 1988.

³ . INSEE (Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques) e CEPREMAP (Centre d'Etudes Prospectives d'Economie Mathématiques Appliquées a la Planification), são organismos do aparato estatal francês de planejamento.

⁴ . A recuperação detalhada deste início da escola da regulação encontra-se em *Crise et l'inflation, pourquoi?* de Alain Lipietz, especialmente na Apresentação.

autores mais representativos que analisaremos dentro da ER: Aglietta, Boyer e Lipietz. Estes autores buscarão através de uma análise histórica do capitalismo, apreender sua permanência apesar dos conflitos e das crises, desconsiderando as leis gerais desenvolvidas por Marx, e buscando dar conta das especificidades das economias nacionais⁵.

Mas se os objetivos aparentemente são os mesmos, se os autores que dão o referencial teórico básico também o são, pelo menos no período inicial de desenvolvimento da ER que estamos analisando, constatamos que a diversidade de abordagens desde o início deixa dúvidas se estamos diante de uma única escola ou de um único programa de pesquisa na acepção kuhniana⁶. Jessop (1988) identifica pelo menos sete grupos de autores autodenominados ou classificados como regulacionistas. Os franceses podem ser divididos em três principais grupos: o de Grenoble, o de Paris e PCF-CME. Além destes ele considera como regulacionistas a escola de Amsterdã, os alemães ocidentais (os chamados “derivacionistas”), o grupo nórdico e os “radicais” norte-americanos, especialmente os autores com enfoques baseados nas estruturas sociais de acumulação.⁷ É importante salientar que Boyer (1988), na sua análise crítica da teoria da regulação, praticamente desconsidera estes grupos arrolados por Jessop, com exceção do GRREC (Grupo de Grenoble) e dos próprios parisienses.

⁵ . Já existe um acúmulo razoável de avaliações críticas e de históricos sobre as origens e o desenvolvimento da ER. O trabalho mais completo, sem dúvida, é o de Boyer, *La théorie de la régulation: une analyse critique*, publicado em 1986. O artigo de Bob Jessop, *Regulation Theories in Retrospect and Prospect*, apresentado no Colóquio de Barcelona em 1988, enfoca a ER de uma forma mais ampla, produzindo uma excelente visão panorâmica sobre os vários regulacionismos e levantando questões críticas interessantes. O artigo de Brenner&Glick, *The regulation approach to the history of capitalism*, também apresentado no Colóquio de Barcelona, é a mais contundente crítica existente sobre o texto de Aglietta. No Brasil há vários artigos que sintetizam os traços mais esquemáticos da ER. Os artigos de Sabóia (1989) e de Nascimento (1993) ilustram bem o caráter de divulgação característico dessas abordagens. Já Possas (1988) é um bom exemplo de tentativa de avaliação crítica da ER. Cabe registrar, ainda, o conjunto de autores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com ampla produção ancorada teoricamente na Teoria da Regulação, como Octávio A. C. Conceição e Luiz A. Estrella de Faria. Consultar, especialmente, a edição da revista Ensaio FEE, *Desvendando a Espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro* (Faria, 1989).

⁶ . Ver Kuhn (1994) e, especialmente, as coletâneas de Rego (1991, 1996), com vários artigos enfocando a questão do método e da retórica na economia.

⁷ Ver Kotz (1987), um dos autores fundamentais no desenvolvimento das SSA, bem como Kotz, McDonoughm e Reich(1994), uma coletânea dos mais representativos autores deste enfoque. Apesar das diferenças com relação aos parisienses, estes seriam os autores com maior proximidade teórica com esta escola, ao menos nos anos iniciais da ER.

Segundo Jessop, apesar das diferentes abordagens, estes vários grupos integram um programa de pesquisa que se define por quatro características comuns, baseadas em uma herança marxista. O programa trabalha com uma ontologia e epistemologia científica realista; desenvolve as teorias da regulação seguindo o método da “articulação”, conforme Aglietta (1988, p. 340); deriva os seus mais importantes conceitos teóricos da tradição marxista do materialismo histórico e da sua análise da economia política e da sociedade burguesa; e, por último, este campo particular de investigação trata diretamente das formas mutáveis e dos mecanismos (instituições, redes, procedimentos, modos de cálculo e normas) nos e pelos quais é assegurada a expansão do capital enquanto relação social, sempre parcial, temporária e instável (Jessop, 1988, p.9).

2. Um recorte necessário: Aglietta, Boyer e Lipietz

A extensão dos autores e dos enfoques apresentados por Jessop nos conduz obrigatoriamente a recortar nossa análise da ER. Nosso recorte vai considerar os três autores mais representativos da escola parisiense, e que podem ser considerado o núcleo fundador da ER: Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz. Aglietta, com *Regulação e crises do capitalismo*, é o autor pioneiro e o mais amplamente citado para caracterizar a ER, tendo assumido posteriormente uma postura teórica bastante diferenciada quando da fundação da ER, especialmente, sobre a questão da moeda e as instabilidades financeiras. Boyer, especialmente em seu livro de 1978 com Jacques Mistral, com seus trabalhos sobre a relação salarial na Europa e com a sua análise crítica sobre a ER é um nome fundamental desta escola. Sabóia (1989) reconhece em Boyer o fiel da balança na encruzilhada teórica vivida pela ER, entre os então ainda seguidores do pensamento marxista, como Lipietz e Benjamin Coriat, e os classificados como pragmáticos, como Aglietta, que abandonou em 1982 a teoria do valor-trabalho. Lipietz é o redator do livro *Crise et l'inflation, pourquoi?*, baseado no trabalho coletivo desenvolvido no CEPREMAP em 1976/77, além de vários estudos voltados às especificidades dos países do terceiro mundo, tendo desenvolvido conceitos como fordismo incompleto ou fordismo periférico.

3. O quadro teórico da ER

Não há dúvidas quanto ao assumido pertencimento teórico marxista dos autores da ER, pelo menos nos momentos iniciais de construção da escola. Se inicialmente há um claro compromisso com Marx e sua teoria do valor, nos anos 80 haverá uma ruptura radical, restando tão somente Lipietz alinhado ao referencial teórico marxista (Boyer, 1990, p.41/57). Aglietta afirma na Introdução de *Regulação e crises* que sua “análise terá seus fundamentos lógicos no materialismo

dialético, método elaborado por Marx.” Mas este estudo da regulação do capitalismo não pode ser a busca de leis econômicas abstratas. “É o estudo da transformação das relações sociais que dá lugar a novas formas econômicas e não econômicas simultaneamente; estas formas estão organizadas em estruturas e reproduzem uma estrutura dominante, o modo de produção. Este estudo há de explicitar o sentido geral do materialismo histórico: o desenvolvimento das forças produtivas sob o efeito da luta de classes, e as transformações das condições dessa luta e das formas em que se concretiza sob o efeito desse desenvolvimento”. Trata-se de uma obra teórica que vai se concretizar através da análise sistemática da história do capitalismo norte-americano a partir da guerra civil. ”O objetivo consiste em desenvolver as potencialidades contidas nos conceitos criados por Marx, submetendo-os à análise crítica das grandes transformações sociais que vem ocorrendo faz mais de um século.” Ou, ainda mais, nas palavras precisas de Aglietta: “O problema central que alimenta a polêmica suscitada pela concepção marxista de sistema capitalista é a articulação das leis da acumulação do capital e das leis da concorrência. Este problema será o eixo de nossa análise, e mostraremos que é o núcleo da teoria da regulação do capitalismo” Aglietta (1988, p.9). É este estudo que porá a descoberto o processo contraditório de generalização da relação salarial e da estratificação das classes sociais polares - a burguesia e o proletariado - que constituem essa relação. Para o autor este é o problema básico do materialismo histórico, conforme a definição rigorosa de E. Balibar em seu artigo “Plus-valie et classes sociales”, em *Cinq études du materialisme historique*. A citação de Balibar nos permite retomar a questão da relação dos regulacionistas com o althusserianismo, já apontada por Jessop. Dosse, em *História do Estruturalismo*, mostra que com a crise econômica dos anos 70 os esquemas althusserianos baseados na reprodução são profundamente abalados. A partir daí a corrente estruturalista em economia vai desviar suas orientações e passar progressivamente da reprodução à regulação. A proximidade teórica de Aglietta com o althusserianismo é confirmada em entrevista a Dosse, quando diz que uma vez terminado o livro *Regulação e crises* “mostrei-o a Althusser e a Balibar. Foi algo que eles avalizaram muito bem. Reconheciam-se nessa abordagem” (Dosse, 1994, p.323). Também em entrevista a Dosse, Lipietz afirma suas proximidades e distanciamentos com Althusser: “Nós, regulacionistas, somos de uma certa maneira filhos rebeldes de Althusser”. Para Lipietz “Conceito mestre do estruturalismo, a reprodução designa a permanência da unidade de uma estrutura pela transformação contínua de um aspecto em outro. Assim a palavra é bem escolhida: é a velha história da galinha e do ovo, da mãe e da filha. Um mérito bastante grande de E. Balibar é de haver resgatado a importância deste conceito de *O Capital*. Em particular à propósito da relação capital/salário, e à propósito da relação entre as seções produtoras de meios de produção e de bens de consumo. Este momento da reprodução, que permite fixar a contradição na estrutura

para melhor estudá-la, é absolutamente indispensável: é a base de nosso estudo, o ponto de vista que adotaremos principalmente em toda primeira parte” (Lipietz,1979). Lipietz no prefácio de *Crise et l’inflation, pourquoi?* fará um detalhado balanço de suas relações com o althusserianismo, onde deixa claramente configurado a sua rejeição ao anti-humanismo, ao mesmo tempo em que reconhece em Althusser e seguidores a abertura para uma leitura não mecanicista de *O Capital*. Para Dosse “ O regulacionismo se apresenta então como a ultrapassagem necessária do althusserianismo para pensar a crise, para mostrar que a reprodução não é isenta de dificuldades e que, se pode perdurar durante um longo período, como o dos ‘Trinta Gloriosos’, também é capaz de acumular no decorrer dele um certo numero de contradições que acabam por se combinar e culminar numa crise. Mas Lipietz lembra sua dívida com Althusser , tratado com muita frequência como outrora Hegel, como um ‘cachorro morto’: ‘Infelizmente, aqueles que hoje ‘esquecem’ Althusser, ‘esquecem’, de fato, Marx, a existência de estruturas de exploração, o peso das relações sociais” (Dosse,1994,p.322/3). Enfim, a volta das crises econômicas coloca em crise teórica não só o keynesianismo e o pensamento neoclássico, mas também os esquemas althusserianos baseados na reprodução. Com as citações e as entrevistas realizadas por Dosse acreditamos ter esclarecido melhor ao que Jessop chamou de relações ambíguas do grupo parisiense com o althusserianismo.

Como afirma Boyer, os regulacionistas estão também em busca de um novo Keynes. Seria nesta direção que iriam as pesquisas de Benassy, que tem como ponto de partida as teorias do desequilíbrio, bem como os trabalhos desenvolvidos por Malinvaud, que se situam em um quadro mais amplo que o keynesiano: por exemplo, os preços seriam fixados em relação a uma série de convenções, de procedimentos de planejamento interno da empresa ou, ao menos, que eles tenham uma inércia bem maior que as quantidades trocadas (Boyer,1990, p.29/30). Cabe ressaltar que apesar da teoria do desequilíbrio não ser aceita pelos economistas ortodoxos, as possíveis políticas econômicas sugeridas a partir dessa teoria, especialmente por Malinvaud, são basicamente conservadoras: ao propor medidas que restaurem uma distribuição de renda favorável aos lucros, como forma de acelerar a retomada dos investimentos e permitir, subseqüentemente, a diminuição do desemprego, essas políticas não se tornam essencialmente diferentes da *supply-side* de Reagan (Udry,1989). Estas políticas econômicas são explicitamente criticadas por Boyer&Mistral(1978), livro que podemos considerar um autêntico manifesto social-democrata, quando trata do enfrentamento da crise econômica. Considerando as políticas econômicas propostas por Malinvaud é interessante e algo surpreendente constatar o reconhecimento dos regulacionistas por esse tipo de abordagem, conforme admite Boyer (1990, p. 29/31).

Dentro da posição pós-keynesiana é dada bastante importância a Minsky e à sua análise da instabilidade financeira como principal fator de instabilidade econômica. Mas Boyer observa que embora os regulacionistas estejam mais voltados a Kalecki do que a Keynes na sua busca de bases teóricas para uma macroeconomia renovada, na verdade buscam caminhos diferenciados destes dois autores: “Porém, em termos de caracterização da crise atual, as teorias da regulação propõem um diagnóstico que se diferencia da ortodoxia keynesiana e das próprias análises de M. Kalecki. Ela se baseia no fato de que numa acumulação intensiva centralizada no consumo de massa o sistema tende a ter que enfrentar a queda da rentabilidade e não mais a insuficiência da demanda global. Ora, é precisamente isto que continuam a teorizar os keynesianos que, desta maneira, tendem a comparar a crise atual à de 1929...” (Boyer, 1990, p.38/9).

Aglietta a partir de *La violence de la monnaie*⁸, escrito com André Orléan e publicado em 1982, amplia ainda mais os seus referenciais teóricos apoiando-se nos trabalhos de René Girard, sobre as formações das sociedades e de Ylya Prigogine, sobre a concepção do tempo na história e na ciência moderna. Se por um lado isto significa a continuidade e o aprofundamento das questões monetárias já abordadas em *Regulação e crises*, por outro lado significa uma ruptura fundamental com os paradigmas marxistas anteriores, na medida em que se rompe com a teoria do valor-trabalho, que permite a coesão mercantil. A incorporação do paradigma girardiano causará um estranhamento nos leitores de Aglietta, que terão a sensação de terem lido dois livros em um: um tratado de Antropologia e outro de economia monetária e financeira, que não se encontram, apesar das boas intenções dos autores. Em outras palavras, a tentativa de incorporação desse novo paradigma não será convincente, conforme registram os próprios autores no prefácio à segunda edição do livro. Entretanto, tal avaliação não é unânime. Francisco de Oliveira, por exemplo, no prefácio da edição brasileira de *Choisir l'audace*, de Lipietz, analisa essa incorporação de Girard à ER como algo totalmente compatível com o papel que o marxismo reserva à violência na História. Relativamente à incorporação de Prigogine não cabem as restrições anteriores. Lipietz em *Crise et l'inflation, pourquoi?* já abordara a importância da recorrência às várias contribuições provenientes das ciências ditas exatas, como matemática, física, química e biologia, integrando-as com o referencial teórico marxista. Evidentemente, desde *A Dialética da Natureza* estas questões tornaram-se ainda mais complexas, cabendo a máxima preocupação com esta forma de circulação entre as ciências chamadas sociais e as da Natureza. Tal cuidado é ainda mais necessário especialmente com relação às teorias dos sistemas, que tem como ponto de partida explícito a abordagem funcionalista/estruturalista.

⁸. Aglietta, M. & Orléan, A. *La violence de la monnaie*. Paris, PUF, 1982

4. A escola francesa da regulação

Na introdução de *Regulação e crises do capitalismo*, Aglietta afirma que seu livro será um libelo contra o *main-stream*, o conceito de equilíbrio geral e a síntese neoclássica. Introduce as questões metodológicas e define o que é regulação de um modo de produção. Em seu plano de obra anuncia que vai tratar na primeira parte das transformações da relação salarial e das leis da acumulação do capital; enquanto que na segunda parte será abordada as transformações das relações capitalistas e as leis da concorrência. É na primeira parte que teremos o desenvolvimento dos elementos que se tornarão centrais na temática regulacionista como a relação salarial e o fordismo, que permitirão desenvolver um novo enfoque sobre as crises capitalistas, dentro da conhecida e debatida concepção da desproporcionalidade departamental.

Para Aglietta a relação salarial é a relação fundamental que define o modo de produção capitalista e será a partir das suas transformações que o autor irá desenvolver a questão da sua periodização. Para isto é fundamental o significado da mais-valia relativa: na medida em que a mais-valia relativa implica no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho ou da diminuição do tempo de trabalho necessário (tn), isto só será possível com a transformação das condições de produção das mercadorias produzidas no setor II da economia. Isto implicará na harmonização do desenvolvimento dos dois setores da economia: o setor I, que produz os bens de produção e o setor II, que produz os bens de consumo. Somente assim não ocorrerá o crescimento desbalanceado baseado no desenvolvimento das forças produtivas no setor produtor dos meios de produção. Segundo Aglietta, “quando o desenvolvimento do setor que produz os meios de consumo permite a generalização da produtividade para o conjunto da produção de mercadorias, se produzem dois efeitos. De uma parte, a saída de mercadorias do setor I aumenta enormemente... Além disso, e principalmente, a transformação geral das relações de equivalência provoca uma diminuição do valor da força de trabalho... Uma elevação da taxa de mais-valia pode contrapor-se e superar o efeito, além do mais amortizado, de q (composição orgânica do capital). A taxa de rentabilidade do capital pode permanecer estável ou inclusive aumentar.” (Aglietta, 1988, p. 43).

Para precisar ainda mais esta posição, nos permitiremos ainda mais uma longa citação do autor sobre a questão, pois este será o ponto central sobre o qual Aglietta retornará freqüentemente ao longo do texto: “Assim, a teoria marxista da acumulação se apresenta como uma teoria de desenvolvimento contraditório das relações de produção capitalistas. É absolutamente contrário à análise dialética buscar uma lei geral da evolução da taxa de rentabilidade do capital. Para o esclarecimento da evolução histórica, a conclusão a que chegaremos é bastante mais

significativa. Com efeito, damos um conteúdo social, não técnico, ao desenvolvimento das forças produtivas. A acumulação capitalista é necessariamente acidentada. Adquire seu impulso com o desenvolvimento desigual do setor I; mas esse desenvolvimento desigual levanta uma barreira à acumulação. Tal barreira, sempre latente, só pode eliminar-se se a *produção capitalista transforma as condições de existência do trabalho assalariado* (grifo de MA). Só mediante essa transformação terá a produção de mercadorias um ritmo de expansão que permita alcançar tendencialmente o desenvolvimento harmônico dos dois setores, condição necessária para que a acumulação apresente um ritmo regular. Como veremos mais adiante, dispomos com isto de uma base teórica que nos permite caracterizar a época histórica que nasce após a I Guerra Mundial, como um estágio novo no desenvolvimento do capitalismo. Dispomos, assim, de um instrumento analítico para interpretar as crises cíclicas da acumulação capitalista”. (Aglietta, ,1988, p. 40).

Este instrumento analítico ganha concreção no estudo do desenvolvimento da acumulação capitalista nos EUA. A partir da análise da chamada norma de consumo ou das condições de existência do trabalho assalariado, Aglietta considera, inicialmente, a acumulação extensiva, quando o capitalismo transforma o processo de trabalho por meio da criação de meios de consumo coletivo, sem remodelar o modo de consumo. Esse regime de acumulação progride aos saltos, devido ao desenvolvimento desigual do setor I, baseado na edificação por ondas da indústria pesada. Já a acumulação intensiva, pressupõe a transformação da existência do trabalho assalariado, com a produção de um novo modo de consumo, caracterizado pelo predomínio das relações mercantis sobre as relações não mercantis (Aglietta, 1988, p. 56/59).

Para interpretar as características fundamentais do capitalismo no século XX, o autor se propõe a analisar as quatro transformações sofridas pela relação salarial, dos pontos de vista do capital, do desenvolvimento das forças produtivas, do trabalho assalariado (formação da norma social de consumo) e das mercadorias de consumo. A evolução histórica da taxa de mais-valia, medida através de seu inverso, o custo salarial social real, permite a Aglietta medir também a evolução da produtividade do trabalho, pois esta será a variável fundamental, em última instância: serão os aumentos de produtividade nos setores I e II da economia, que permitirão o aumento da mais-valia relativa, transformando o processo de trabalho e a própria forma de existência do trabalho assalariado. Isto ocorre através da passagem do taylorismo, cujo auge se dá na indústria de transformação a partir do final do século XIX, para o fordismo em que o processo de trabalho baseado na cadeia de produção semi-automática será ideal para a extração da mais-valia relativa. O fordismo começa a se desenvolver após a I Grande Guerra, mas a demanda ainda limitada pelos produtos do setor II, implicará no desenvolvimento desequilibrado do setor I, tendo por consequência a segunda Grande Depressão nos

anos 30. A análise que Aglietta faz da crise de 30, explicita sua visão sobre as crises capitalistas calcada na problemática da desproporcionalidade e no subconsumo⁹. Esta abordagem será retomada em todos os momentos de análise das crises capitalistas em geral, ficando claramente configurado seu método de análise, que está sendo desenvolvido visando tratar da crise dos anos 70. Esta posição será criticada por Boyer&Mistral (1978), especialmente na análise da crise dos anos 70. Para estes autores o elemento central da crise será a queda no crescimento da produtividade e a conseqüente queda na rentabilidade, deixando claro a discordância do enfoque desproporcionalista de Aglietta.

As transformações institucionais, advindas após a Grande Depressão, especialmente quanto à relação salarial, permitirão que no pós-guerra tenhamos o auge do fordismo, com os “trinta gloriosos anos”. O desenvolvimento harmônico dos dois setores possibilitará a existência de um mercado de consumo de massas, apoiado no binômio habitação/automóvel. Essas transformações no processo de trabalho, segundo Aglietta, permitirão além do barateamento da reprodução da força de trabalho, contrapor-se à elevação da composição orgânica do capital, com o barateamento dos bens de produção. Por outro lado, se as mudanças na relação salarial permitem que os trabalhadores passem a participar dos chamados ganhos de produtividade, vão implicar, também, na perda total de controle sobre o ritmo do seu trabalho. Esta será uma questão fundamental, na medida em que estando assegurada as condições básicas de subsistência (emprego e salário), suas lutas sindicais serão crescentemente voltadas à melhoria das condições de trabalho, na medida em que a submissão do trabalho ao ritmo da máquina implicará no desequilíbrio fisiológico e psicológico dos trabalhadores. Esta luta desaguará no repúdio ao fordismo nos anos 60, resultando no que Aglietta chama de crise de reprodução da relação salarial.

A crise do fordismo começa a se desenhar com a queda do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e da mais valia relativa. Isto levará novamente a um crescimento desbalanceado do setor I da economia, com mais uma crise de subconsumo. A crise dos anos 70 será bastante limitada, comparativamente aos anos 30, exatamente em função de todos os mecanismos institucionais que, de uma forma ou de outra, mantêm a demanda efetiva. A particularidade dessa crise

⁹ . A discussão crítica sobre as crises capitalistas a partir das abordagens de Marx, ocupará um espaço fundamental na teoria e na prática política marxista, que, como verificamos em Aglietta, se mantêm ainda hoje. Esta questão estará presente em todos os debates clássicos do marxismo e, com variações, encontra-se com frequência em muitos autores contemporâneos. Da extensa bibliografia existente, além dos autores originais como Marx, Luxemburg, Kaustky, Hilferding, Lênin etc, consultar, entre outros comentadores, a coletânea de Colletti (1985), Altvater (1987), Castells (1978,1979), Miglioli (1982), Mazzuchelli (1985), Shaikh (1985), Souza (1982), Sweezy (1976), Magdoff&Sweezy (1982), Mandel (1969,1982,1990), Rosdolski(1979), Mantega&Moraes (1979), Moraes (1998) e Bocchi (1999).

será a inflação, contrariamente à deflação típica das crises capitalistas anteriores. A inflação dos anos 70 aparecerá como um epifenômeno derivado dos mecanismos de defesa desenvolvidos pelas grandes empresas e pelos grupos financeiros. Para Aglietta, o sistema monetário e financeiro, controlado pelo capital concentrado e centralizado via concorrência monopolista, tornará as crises financeiras momentos necessários da regulação do capitalismo monopolista. Mas essas crises financeiras aparecerão a partir de um desequilíbrio setorial devido à aceleração do crescimento do setor I. Em outras palavras, uma crise de sobreacumulação de capital. Novamente, devemos assinalar a divergência de Boyer&Mistral com este aspecto da crise desenvolvido por Aglietta. Estes aspectos monetários e financeiros das crises serão retomados e aprofundados por Aglietta&Orléan em *A Violência da Moeda*, e tornar-se-ão o principal tema dos trabalhos posteriores de Aglietta, apesar de neste texto ainda aparecerem rapidamente referências às visões de crise desenvolvidas em *Regulação e crises* (Aglietta, 1988).

Lipietz (1979) desenvolverá, em linhas gerais, um enfoque bem próximo ao de Aglietta. As diferenciações de posições virão posteriormente, com o abandono da teoria do valor trabalho por Aglietta, entre outros regulacionistas, e a continuidade deste pertencimento teórico por Lipietz. Lipietz (1979) e Lipietz (1986), um *survey* sobre a questão da queda tendencial da taxa de lucro, explicita a análise do período fordista como um momento em que operam as contratendências à baixa da taxa de lucro (*O capital*, L.III, cap. XV), enquanto a crise do fordismo significa exatamente o esgotamento destas contratendências, em função da queda no crescimento da produtividade no DI, implicando na elevação da composição orgânica do capital, e no DII, elevando o valor da força de trabalho (Lipietz, 1986, p. 26). Adiciona-se a isto a política econômica antiinflacionária do final nos anos 70 e início dos anos 80, que desemboca numa crise de subconsumo e, em seguida, numa crise de investimentos (Lipietz, 1986, p. 27). Posteriormente, Lipietz abordará mais uma vez a questão da lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL), se referindo à crise de forma genérica quer sendo de desproporcionalidade, quer sendo devido à alta da composição orgânica, reforçando a posição quanto a uma certa sinonímia na abordagem regulacionista com relação a estas questões (Lipietz, 1988, p. 56/58).

O desenvolvimento mais detalhado da visão de Aglietta sobre as crises encontra-se no capítulo final de *Regulação e crises*, denominado “Sistema monetário, crédito e crise” (Aglietta, 1978, p. 286/336). Neste capítulo, o autor busca articular o desenvolvimento feito na primeira parte do livro, onde aborda as transformações da relação salarial e as leis da acumulação do capital, com a questão da concorrência intercapitalista. Este capítulo, síntese e gran finale da obra, contém toda a riqueza do aporte teórico de Aglietta, bem como suas ambigüidades e superposição de conceitos e categorias marxistas.

Aglietta afirma que a origem das crises sociais em sua dimensão econômica encontra-se na ascensão da luta de classes na produção, que impede a criação da mais-valia em uma escala ampliada, segundo a organização vigente dos processos de trabalho. Assim, a solução das crises sociais passa pela transformação em profundidade dos processos de trabalho e das condições de existência do trabalho assalariado, originando novas condições sociais de produção e de troca (Aglietta, 1978, p.309/310). Mas a própria natureza da produção mercantil e da conseqüente onipresença monetária, faz com que a crise social se manifeste como uma crise financeira; e que as próprias transformações estruturais na produção tenham lugar através das crises financeiras. Enfim, para Aglietta, a crise financeira é a forma fenomênica da crise social. Apesar desta qualificação do autor, bem como da sua tentativa de analisar a crise a partir do processo de acumulação capitalista, a postura de Aglietta acaba por absolutizar o aspecto financeiro ou fenomênico da crise, já insinuando futuras posições teóricas que seriam assumidas pelo autor. Segundo Bresser Pereira, Aglietta confunde as crises financeiras com as crises reais (crises do processo de acumulação, diríamos nós!), apesar de tentar em alguns momentos distingui-las. Ora, é justamente a clareza quanto a isto que diferenciaria os autores marxistas dos não marxistas (Bresser Pereira, 1986, p.220). Apesar das afirmações fortes de Bresser Pereira, veremos que a tentativa de articulação do lado financeiro com o lado real da crise proposta por Aglietta é bem mais sofisticada do que se pode concluir com uma avaliação mais centrada no último capítulo de *Regulação e crises*. Ela passa pela retomada de questões já clássicas na discussão sobre as crises econômicas na vertente marxista, como a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a sobreacumulação de capital e a desproporcionalidade departamental. É exatamente esta articulação que constitui a o núcleo central da escola da regulação. A posição assumida por Aglietta, pelo menos nesta obra que será a referência básica dos regulacionistas, localiza-se dentro de uma longa tradição de interpretação marxista, mesmo que partindo da lei da queda tendencial da taxa de lucro termine nos equívocos da desproporcionalidade e do subconsumo. Para Aglietta, “há sobreacumulação de capital quando a plena realização do valor criado pela sociedade não pode levar-se a cabo por meio dos intercâmbios orgânicos entre os dois setores produtivos” (Aglietta, 1978, p. 313). Se o sistema de crédito permite, num primeiro momento, alargar os limites desta realização, configurando o auge econômico e a euforia especulativa, ele também vai aumentar a desproporcionalidade departamental, impedindo a continuidade do crescimento do processo de acumulação, cujas contradições vão se manifestar na forma de uma crise financeira: “O pânico financeiro traduz a brusca irrupção da restrição monetária, que adota a forma de uma exigência de liquidez que desmorona o andaime de dívidas. Se a euforia dos negócios era a manifestação inicial da sobreacumulação de capital, o pânico financeiro é a manifestação inicial da

desvalorização massiva” (Aglietta, 1978, p. 318). A crise financeira e suas repercussões implica uma queda ainda maior da demanda dos bens de consumo, que se adiciona à já deteriorada situação financeira das empresas, agravando-a ainda mais e reduzindo mais a demanda, num círculo vicioso. Este arcabouço teórico é usado pelo autor na análise da crise de 29 nos Estados Unidos, buscando mostrar como tão somente a transformação da relação salarial nos Estados Unidos, permitindo que os trabalhadores passem a compartilhar dos ganhos de produtividade, vai possibilitar o equilíbrio interdepartamental, resultando nos chamados trinta gloriosos anos de crescimento.

A análise feita por Aglietta da crise dos anos 70, ou da crise do regime fordista de acumulação, também se apoia nestes marcos teóricos: enquanto nos anos 20 a crise de desproporcionalidade liga-se à insuficiência de demanda por bens de consumo, a crise dos anos 70 deve-se à queda permanente da tendência ao crescimento da produtividade do trabalho, e da interrupção da diminuição do custo salarial real, provocadas pela maior combatividade política e sindical dos trabalhadores. Nos anos 70, a crise financeira manifesta-se na forma de uma inflação rastejante ou estrutural, característica da acumulação monopolista. O aumento expressivo dos fundos financeiros controladas pelas grandes empresas, num momento de início do processo de desregulamentação bancária, paralelamente ao enorme crescimento do endividamento das empresas, das famílias e do Estado, configura as chamadas economias da dívida. Segundo Aglietta, “O crescimento do *cash-flow* baseado na desvalorização do capital gera, portanto, um aumento acumulativo do endividamento, que é o eixo central das condições financeiras da inflação” (Aglietta, 1988, p. 331). Apesar de, em muitos momentos, Aglietta dar a impressão de esquecer o chamado lado real da economia, vamos encontrar dezenas de vezes ao longo do texto as referências à queda da taxa de lucro, à sobreacumulação e à desproporcionalidade departamental, pois, como já assinalamos, toda a construção teórica regulacionista está apoiada nestes conceitos (Aglietta, 1988). Posteriormente, em *A violência da moeda*, Aglietta & Orléan abandonam a teoria do valor trabalho e assumem uma postura teórica antropológica centrada na moeda, na tentativa de explicação da sociabilidade capitalista, bem como das crises econômicas, especialmente no seu aspecto financeiro. A partir desta obra, toda a produção de Aglietta estará efetivamente centrada nos aspectos financeiro, sendo então cabíveis as observações de Bresser Pereira. Além disso, teremos posteriormente, com a economia ou teoria das convenções, o desenvolvimento de posições teóricas que abandonam definitivamente esquemas interpretativos baseados na luta de classes, por esquemas calcados nos indivíduos e nas instituições (Orléan, 1994). Este percurso teórico segundo a avaliação crítica de Lipietz, vai do materialismo histórico dialético ao individualismo metodológico (Lipietz, 1995, p.44/45).

De qualquer forma, a questão teórica a ser enfrentada é o posicionamento de Aglietta, e mesmo de Lipietz, quanto à lei da queda tendencial da taxa de lucro e à sobreacumulação de capital e sua articulação com a desproporcionalidade departamental. Na abundante literatura de tradição marxista sobre as crises capitalistas, os autores procuram deixar bem claro a incompatibilidade entre posições centradas na lei da queda tendencial e aquelas apoiadas nos esquemas departamentais, genericamente classificadas como de corte subconsumista. As dezenas de referências à desproporcionalidade feitas por Aglietta em *Regulação e crises*, explicitam com total clareza a posição desproporcionalista/subconsumista do autor, apesar das afirmações que associam, sempre em última instância, é claro, a crise à lei da queda tendencial da taxa de lucro. A contundente análise crítica da ER feita por Brenner&Glick aponta a clara posição subconsumista de Aglietta em sua análise da evolução do capitalismo americano, bem como nas suas explicações para as crises capitalistas de 1929 e dos anos 70. O subconsumo, na análise regulacionista, é uma característica básica do capitalismo, e sua crise só é evitada com arranjos políticos e institucionais que permitam a sua superação, mesmo que por breves períodos de tempo” (Brenner&Glick, 1989p.129).

Podemos encontrar semelhanças entre esta posição dos regulacionistas com as teses expostas por Hilferding (1985), que a partir dos esquemas departamentais e da impossibilidade da manutenção das proporcionalidades entre os departamentos, devido à anarquia capitalista e a não ampliação do consumo das massas, conclui que as economias capitalistas inevitavelmente trilham um percurso que vai até um auge seguido pela estagnação.

A abordagem de Kalecki(1977,1983), centrada nos esquemas departamentais, também termina por relacionar, também em última instância, a crise à desproporcionalidade, que se originaria na insuficiência de demanda por bens de consumo. Esta posição é bastante conhecida para a explicação da crise da economia brasileira pós-milagre econômico, desenvolvida por Tavares (1975,1978), Mello&Belluzzo (1977) e Tavares&Belluzzo(1978). Estes autores fazem referências ao problema da realização dinâmica, configurada pela preponderância do investimento, ou da demanda intercapitalista, sobre as condições de realização, que seria substancialmente diferente dos problemas de demanda corrente dos manuais o que os afastaria de uma classificação de subconsumista. Nora Lustig (1980), em sua análise do subconsumo no pensamento econômico latino-americano, ao tratar do texto *Além da estagnação* (Tavares&Serra,1976), relativo à crise da economia brasileira no período 1962/67 e sua posterior recuperação, afirma que “os argumentos apresentados por Serra e Tavares claramente os colocam dentro da teoria de crise de realização subconsumista” (LUSTIG,1980, p.40). Mantega(1979) também analisa a posição de Mello&Belluzzo (1977) enquanto posição

subconsumista, apesar da qualificação feita pelos autores quanto à realização dinâmica.

Belluzzo(1980), por exemplo, analogamente aos regulacionistas, procura explicitar posições contrárias aos subconsumistas quando analisa a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Cabe registrar aqui o contraponto com Possas(1989), que se posiciona contrariamente à validade da lei. Belluzzo perfila-se com a crítica de Cogóy(1977) a Sweezy(1977) e a sua posição contrária à permanência da lei, baseado nas transformações tecnológicas no DI, que teriam afastado a possibilidade do crescimento da composição orgânica do capital, conforme já esboçara em Sweezy(1976). A contradição mais importante do processo de acumulação capitalista para Sweezy é entre a desproporção crescente entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo. Para Belluzzo esta é a contradição já implícita no conceito de capital como valor que se autovaloriza: “É mais uma vez surpreendente que Sweezy, como tantos outros, tenha deixado passar a articulação clara que Marx procurou estabelecer entre a tendência ao declínio da taxa de lucro e as crises periódicas do capitalismo. Certamente, seu forte viés subconsumista contribuiu de forma decisiva para isto.. Mas, na realidade Marx formulou a teoria da queda tendencial da taxa de lucro em estreita correlação com os movimentos cíclicos do capitalismo, como bem o afirma Mário Cogóy, em sua Resposta a Sweezy... A mesma lei que compele o capital a uma valorização progressiva acaba impondo a necessidade de sua desvalorização periódica, fenômeno que se exterioriza através de súbitas paralisações e crises do processo de produção” (Belluzzo,1980). Como os críticos das posições subconsumistas já apontaram, Marx ao tratar desta característica imanente do capitalismo, estava longe de sugerir alguma explicação para as crises baseado neste fato. Analogamente, a posição de Lenin em *Desenvolvimento capitalista na Rússia* e em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, quando trata desta questão, refere-se a uma contradição geral do modo de produção capitalista. Por outro lado, se os regulacionistas não assumem posições subconsumistas explícitas como a de Sweezy, a análise regulacionista assume a mesma postura de Sweezy com relação ao não crescimento da composição orgânica no período denominado fordista: ganhos de produtividade no DI. Com a diminuição destes aumentos de produtividade temos a desproporcionalidade e o subconsumo...

5. Um esboço crítico

A questão central na avaliação crítica da ER é a da compatibilidade entre a reivindicada base teórica marxista e o abandono, ou a não aderência desde o início, como no caso de Boyer, da teoria do valor-trabalho. Esta questão remete-nos à principalidade do conceito de relação salarial na abordagem regulacionista. Para

Aglietta a relação salarial define o modo de produção capitalista, polarizado em duas classes fundamentais, e que se reproduz através da exploração da mais-valia absoluta e relativa. Como afirma Francisco de Oliveira, no prefácio já citado, “o ponto central da teoria marxista é sua teoria do valor, e o fetiche que opera nas relações humanas, inclusive, ou talvez principalmente, nas formas de valor”. Este autor já vê problemas quando a ER ainda abraça a teoria do valor-trabalho, considerando que os seus vieses funcionalistas impedem o que ele chama de transformacionismo, ou seja, a negação dialética da própria teoria do valor e da própria mercadoria. Sem isso a ER é “uma teoria que se fundamenta na exploração e desemboca numa banalização de preços de equilíbrio”. Por outro lado, o abandono da teoria de valor-trabalho só pode levar à afirmação funcionalista/estruturalista, por mais que se escreva o contrário, ou se afirme que é o mimetismo e a violência que possibilita a sociabilidade mercantil.

Quanto à questão da desproporcionalidade e do subconsumo, basta registrar que o próprio Marx admitia a desproporcionalidade como explicação das crises parciais, mas entendia a desproporcionalidade como algo intrínseco ao capitalismo, ou o outro lado da proporcionalidade (Marx,1977). Assim, “desproporcionalidade não pode ser considerada uma fonte independente de crises que operam com necessidade lógica” (Itoh,1975).

Se à abordagem regulacionista se aplicam as objeções já clássicas presentes na crítica aos vários autores subconsumistas/desproporcionalistas, teremos em Brenner&Glick (1989) seus críticos mais veementes, com um trabalho meticuloso apresentado no Colóquio de Barcelona. Os autores questionam aspectos fundamentais, não só teóricos, mas também empíricos, relativamente à ER, especialmente quanto ao caráter subconsumista do capitalismo. Além disso, Brenner&Glick questionam o papel da mais-valia absoluta e relativa na dinâmica capitalista e, portanto, na periodização desenvolvida pelos regulacionistas; a conjugação do crescimento da produtividade e o aumento dos salários reais, configurando o consumo de massa só depois da II Guerra, com o modo fordista de desenvolvimento; bem como a queda do crescimento da produtividade nos anos 60, como fator explicativo do esgotamento do fordismo. Estes são elementos essenciais da abordagem de Aglietta refutados por Brenner&Glick. Embora não seja este o espaço para aprofundar esta discussão, é fundamental registrar que estas críticas aos pilares da construção regulacionista não foram devidamente consideradas pelo conjunto dos autores que reivindicam um pertencimento teórico regulacionista.

A crítica aos regulacionistas feita por Kurz (1997) centra-se na própria possibilidade de regulação do capitalismo. Segundo Kurz, utilizando a terminologia da teoria da regulação, “não somos herdeiros de uma história infinita de crises, de prosperidade e de ‘modelos de acumulação’...Com efeito, só existe, a rigor, um único ‘regime de acumulação’ e ‘acumulação’, que é simultaneamente o primeiro e

o último, a saber, o modelo fordista.” Para Kurz, um regime de acumulação puramente político não seria possível, na medida em que é necessário primeiro um novo ciclo de acumulação, que depois poderá ser regulado politicamente, “o inverso não é possível. Até o momento, nenhuma política conseguiu produzir um novo surto de acumulação como um mágico que tira pombos da cartola. A política somente tem acesso regulador às formas de transcurso, mas não às cegas leis básicas da produção capitalista de mercadorias” (Kurz, 1977, p.113/114).

Enquanto estas críticas atingem o conjunto dos elementos centrais do livro de Aglietta, a abordagem de Shaikh dirige-se à questão da queda ou não do crescimento da produtividade nos anos 60, posicionando-se contrariamente a Aglietta. A partir disso, Shaikh analisa a crise dos anos 70 como consequência da alta da composição orgânica do capital e da consequente queda na taxa de lucro. Enfim, a crítica à ER passa pela retomada do debate sobre as crises capitalistas, em que Shaikh participou ativamente. Para este autor, as variações em torno dos esquemas departamentais, acabam configurando posições subconsumistas, devidamente refutadas em um debate teórico que já se tornou clássico.

Sweezy em *A Crise do Capitalismo Americano* também aborda a questão produtividade, chamando atenção para o aspecto estatístico enganoso de uma queda na produtividade em um momento de queda no nível da atividade econômica. Para Sweezy a queda da produtividade é uma consequência e não causa da crise. Na verdade, uma das mais importantes discussões contemporâneas é sobre o aparente paradoxo entre a queda no crescimento da produtividade, que causou o esgotamento do fordismo, e a forte redução do emprego industrial nos países desenvolvidos. Este paradoxo leva obrigatoriamente à rediscussão da questão da queda da produtividade, e é nesta direção que avançam atualmente as pesquisas.

Conclusão

A literatura sobre a Escola da Regulação normalmente desconsidera a teoria de crise subjacente ao enfoque regulacionista. Ao analisarmos as contribuições de Aglietta, Lipietz e Boyer & Mistral verificamos que enquanto os primeiros abordam a crise a partir da queda da taxa de lucro, na verdade se vinculam à posição desproporcionalidade setorial/subconsumo. Já Boyer & Mistral desconsideram essa perspectiva teórica, atendo-se exclusivamente à questão da queda da produtividade na determinação da crise. Estas questões tornam-se bastante importantes, quando consideramos a problemática da dinâmica capitalista baseados no enfoque desproporcionalista, que está presente em clássicas polêmicas no campo teórico marxista. Dessa forma, o conjunto de trabalhos teóricos e empíricos que configuram o programa de pesquisa regulacionista, quase sempre desconsidera o debate sobre esta problemática, trabalhando o conceito de fordismo com pouca profundidade teórica. Certamente este é um dos fatores que

fortalecem as críticas ao grande desenvolvimento empírico da abordagem regulacionista, sem a contrapartida da elaboração teórica correspondente. Neste sentido, o abandono da teoria do valor trabalho e a assunção de uma postura baseada no individualismo metodológico, consubstanciada na teoria das convenções, mostram que o percurso intelectual de Aglietta iniciado em *Régulation et crises*, bem como de um amplo conjunto de regulacionistas a ele relacionados, afastou-se da pretendida abordagem crítica do processo de acumulação capitalista e das suas crises, indo em direção à sua gestão, num grande salto para trás.

Capitalists crises and the french regulation school

Abstract: The economic crisis in the 70's highlighted the debate about capitalists crisis among the authors in the marxist tradition. The French Regulation School will be developed in this moment, under the leadership of Michel Aglietta. The regulacionist approach focuses the capitalism mode of production following Marx's analyses and search articulate the questions of capitalist accumulation with the competition's laws. For the regulacionists, fordism will be the mode of development that characterized economic growth after the II War. The 70's crisis is the crisis of this regulation mode. After an analysis initially based in the falling rate of profit theory, the regulacionists accept the disproportionalist and the under-consumption explication for the capitalists crisis.

Keywords: *crises, accumulation, regulation, Aglietta, disproportion*

LITERATURA CITADA

AGLIETTA, M. *Régulation et crisis du capitalisme*. Paris, Calmann - Lévy, 1976. Segunda edição, 1982.

_____ & ORLÉANS, A. *La violence de la monnaie*. Paris, PUF, 1982.

_____ *La fin des devises clés*. Paris, La Découverte, 1986.

_____ *Globalization financière. L'aventure Obligée*. Paris, Economica, 1990.

_____ *Rupturas de um sistema econômico*. Madrid. Blume. 1981.

ALCALY, R. E. "An Introduction to Marxian Crisis Theory" in *Review of URPE*, s. ed.

- ALTVATER, E. "A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise" in HOBSBAWM, E. J. (Org.). *História do Marxismo*, V. 8. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1987.
- BELLUZZO, L. G. M. *Valor e Capitalismo, um ensaio sobre a Economia Política*. S. Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____. *O Senhor e o Unicórnio, a economia dos anos 80*. S. Paulo, Brasiliense, 1984.
- BELLUZZO, L.G.M.&COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil nos 1 e 2*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BOCCHI, J. I. *Reprodução do capital, crises capitalistas e a escola francesa da regulação*. São Paulo, 1999. 206 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós- graduados em Ciências Sociais, PUCSP, 1999.
- BOCCARA, P. *Études sur le capitalisme d'Etat, sa crise et son issue*. Paris, Editions Sociales, 1973.
- BOYER, R. *Rapport salarial et formation des salaires: les enseignements d'une étude de longue période*. (mimeo), 1978.
- BOYER, R. "La crise actuelle: une mise em perspective historique. Quelques refletions à partir d'une analyse du capitalisme français em longue période". *Critiques de l'économie politique*, (7-8):113,abr./set. 1979.
- _____. *Capitalisme fin de siècle*. Paris, PUF, 1986 b.
- _____. & Mistral, J. *Accumulation, inflation, crises*. Paris, PUF, 1978.
- _____. *A Teoria da Regulação. Uma análise crítica*. S. Paulo, Nobel, 1990. Primeira edição francesa, 1986.
- _____. (Editor). *The search for labour market flexibility. The european economies in transition*. Oxford, Clarendon Press, 1988.
- _____. et. al. *Les figures de l'irréversibilité en économie*. Paris, Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991.
- BRENNER, R. & GLICK, M. "The regulation approach to the history of capitalism" in *Cahiers de l'I.S.M.E.A.* 1989.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Espanã, Siglo Vientiuno, 1977 a.
- _____. "Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas", in *O Estado em crise*, dir. de Nicos Poulantzas. Rio de Janeiro, Graal, 1977 b.
- _____. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. R. de janeiro, Paz&Terra, 1979.

- _____. *La crisis economica mundial y el capitalismo americano*. Barcelona, Editorial Laia, 1978.
- COGOY, M. & SWEEZY, P. *Teoria da acumulação capitalista*. Porto, Publicações Escorpão, 1977.
- COLLETTI, L. (org.) *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*, 3ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1985.
- CORIAT, B. *L'atelier et le chronomètre*. Paris, C. Bourgois, 1978.
- _____. *El Taller y el Robot*. México, D. F. Siglo Veintiuno Editores, 1992.
- _____. *Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/ Revan, 1994.
- DOBB, M. *Economia Política e capitalismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo*, V. I: O Campo do Signo 1945/1966. São Paulo/Campinas. Ensaio/Ed. Unicamp, 1993.
- _____. *História do Estruturalismo*, V. 2: O Canto do Cisne, de 1967 aos nossos dias. S. Paulo/campinas. Ensaio/Ed. Unicamp, 1994.
- FARIA, L. A. de et al. *Desvendando a espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro*. Porto Alegre, FEE, 1989.
- GIRARD, R. *La violence et le sacré*. Grasset, 1972.
- _____. et. al. *Des choses cachées depuis la fondation de monde*. Grasset, 1978.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- ITOH, M. "The formation of Marx 's theory of crisis" in *Bulletin of the conference of socialist economists*, 4(1), 1975, p.1/19.
- KALECKI, J. M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Jorge Miglioli (org.) HUCITEC.
- _____. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KOTZ, D. M. "Long waves and social structures of accumulation: a critique and reinterpretation" in *RRPE*, 19 (4), 16:38, 1987.
- KOTZ, MCDONOUGH & REICH (Org.). *Social structures of accumulation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. S. Paulo, 3.ª ed. Ed. Perspectiva, 1994.
- L'APPROCHE EN TERMS DE RÉGULATION. in *Économies et Sociétés*. Cahiers de L'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation, nº 1, 1984.

- LE COLLOQUE DE BARCELONE in *Économies et Sociétés*. Cahiers de L'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation - R, nº 4, 1989.
- LE COLLOQUE DE BARCELONE in *Économies et Sociétés*. Cahiers de L'I.S.M.E.A., Série Théories de la Régulation - R, nº 5, 1990.
- LIPIETZ, A. *Crise et inflation, pourquoi?* Paris, Maspero, 1979.
- _____ "Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro; a contribuição de alguns trabalhos franceses recentes" in *Questões de Economia Política*, CEDE, nº. 3, 1986.
- _____ *L'audace ou l'enlèvement*. Paris, La Découverte, 1985.
- _____ *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. S. Paulo, Nobel, 1988.
- _____ *O Capital e seu espaço*. S. Paulo, Nobel, 1988.
- _____ "De la régulation aux conventions: Le grand bond en arrière?" in *Actuel Marx*, n. 17, 1995.
- LUSTIG, N. "Underconsumption in Latin American Economics Thought: Some Considerations" in *The Review of Radical Political Economics*. 12:1 (Spring 1980).
- MANDEL, E. *Tratado de economia marxista*. México, Ediciones Era, 1969.
- _____ *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____ *A crise do capital*. São Paulo/Campinas, Ensaio/Ed. UNICAMP, 1990.
- MANTEGA, G. e MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1979.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____ *Elementos fundamentales para la critica de la economia politica - Grundrisse*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- _____ *Teorias sobre a plus-valia*. Barcelona. Critica, 1977.
- _____ *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MENDONÇA, J. R. e outros (Org.). *Crise ou Regulação: Ensaio sobre a Teoria da Regulação*. Vitória, Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.
- NASCIMENTO, E. " Escola da Regulação" in *Revista de Economia Política* 13 (2), abril-junho, 1993.

- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1977a.
- _____ *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977b.
- ORLÉAN, A. (org.) *Analyse économique des conventions*. Paris, PUF, 1994.
- PAULA, J. A. de & PIMENTEL, F. D. A lei do valor e a crise do nosso tempo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 9(2), abr./jun., 1989.
- PEREIRA, L.C.B. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- POSSAS, M. “Valor, preço e concorrência: não é preciso começar tudo desde o início”. *Revista de Economia Política* 2(4) nº 8. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____ O projeto teórico da escola da regulação. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 21, São Paulo, CEBRAP, jul/1988.
- _____ *Dinâmica e concorrência capitalista*. São Paulo/Campinas, HUCITEC/Ed. UNICAMP, 1989.
- REGO, J.M. (Org.). *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. S. Paulo, Biental, 1991.
- _____ (Org.). *Retórica na economia*. S. Paulo, Ed. 34, 1996.
- RIBEIRO, N. & MENDONÇA, A. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 6(4), out./dez., 1986.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de el capital de Marx*. (Estudos sobre los gründrisse). México, Siglo XXI, 1979.
- SABÓIA, J.&CORIAT, B. “Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada” in *Ensaio FEE*, 9(2),3:45, 1988.
- SHAIKH, A. “An Introduction to the History of Crisis Theories” in *Review of URPE*, s. ed.
- _____ “A crise econômica mundial: causas e implicações” in *Ensaio FEE*, 6 (1): 33-56, 1985.
- SINGER, P. *A crise do milagre*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1982.
- _____ *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1977.
- SOUZA, N. A. de *Teoria marxista das crises*. São Paulo, Global, 1992.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- _____ *Acumulação decapital e industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência UFRJ (mimeo). 1975.

_____ *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira.*
Concurso para professor titular UFRJ (mimeo), 1978.

TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital.* S. Paulo, Ensaio, 1995.

TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.* S. Paulo. Cortez/ UECE, 1996.

UDRY, ° *Ruptura e integração: tendências interdisciplinares entre economia e ciências sociais.* Tese de Doutorado apresentada ao Depto de Sociologia da FFLCH da USP, 1989.